



Moção

O Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade de Minas Gerais (UFMG) manifestam sua profunda preocupação com mais uma ofensiva declarada ao ensino superior público, à ciência, à cultura e ao desenvolvimento tecnológico do Brasil. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020, encaminhado ao Congresso Nacional, indica redução de 18% dos recursos totais do Ministério da Educação (MEC), uma restrição de cerca de R\$ 21 bilhões em comparação com o já exíguo e insuficiente orçamento de 2019.

Além do bloqueio de recursos de manutenção e custeio das universidades e corte em investimentos, a asfixia orçamentária atinge diretamente as duas principais agências financiadoras da pesquisa e pós-graduação do país. O orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destinado ao indispensável financiamento de atividades de pesquisa, sofrerá um corte de 87% em comparação com o orçamento deste ano, valor largamente insuficiente para a manutenção das atividades mínimas de pesquisa científica no país. Já a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), que somente em 2019 perdeu, no total, 8.629 bolsas, terá redução em 50% dos recursos em 2020.

O estrangulamento orçamentário imposto às instituições públicas de ensino superior e fomento à pesquisa parece integrar uma estratégia política que afronta às instituições e nega o valor da ciência. Os retrocessos decorrentes dessas ações equivocadas e sem justificativas, que vêm sendo sistematicamente adotadas, são e serão desconhecidos, representando não apenas um grave prejuízo à ciência brasileira, mas também um forte impacto na formação de professores e profissionais, comprometendo o futuro da educação brasileira.

A UFMG, uma das melhores universidades federais do país, que acaba de completar 92 anos de história, alerta para os danos provocados por esta inexplicável insensibilidade do governo federal para com a educação, a ciência e a cultura. Tais medidas sugerem que, como nação, estamos abrindo mão de nossa história, de nossa autonomia, de nosso presente e do futuro de nosso povo.

A defesa do financiamento público do sistema federal de ensino superior e das agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação é imprescindível, fundamental e urgente. Convidamos a todos e a todas a somarem forças para defender este patrimônio público, erguido para atender os anseios da sociedade brasileira e edificar um país mais justo e soberano.

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2019.

Prof. Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho Universitário e do CEPE